



## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 366/11**

**SÚMULA:** Altera a redação do artigo 1º no que especifica, da Lei nº 15.876 de 07 de julho de 2008 que institui a meia-entrada para professores da rede de ensino público e particular em estabelecimentos que proporcionam lazer e entretenimento e estimulem a difusão cultural de todo o Estado do Paraná (Casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer)

**Art. 1º - O Art. 1º da Lei 15.876 de 07 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:**

**"Art. 1º - Fica assegurada aos professores e funcionários da rede de ensino público e particular de todo o território do estado do Paraná, que estejam exercendo suas funções, o pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor realmente cobrado para o ingresso em estabelecimentos e/ou casas de diversões, praças desportivas e similares, que promovam espetáculos de lazer, entretenimento e difusão cultural"**

**Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Comissões, 12 de setembro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
  
**RELATOR**  




## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**

### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 576/11**

**Ementa: Declara de Utilidade Pública o Instituto Construindo Novos Valores, no Município de Curitiba.**

**Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Instituto Construindo Novos Valores, com sede e foro no Município de Curitiba.**

**Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Comissões, 12 de setembro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
  
**RELATOR**  




## **COMISSÃO DE REDAÇÃO**


### **Redação Final ao Projeto de Lei nº 583/11**

**Ementa:** Institui o reconhecimento de Utilidade Pública Estadual a Agência de Desenvolvimento Ambiental, Cultural e Econômico Liberdade – ADASCEL, com sede e foro Município de Maringá.

**Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Agência de Desenvolvimento Ambiental, Cultural e Econômico Liberdade – ADASCEL, com sede e foro Município de Maringá.**

**Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.**

**Sala das Comissões, 12 de setembro de 2011.**

  
**ALEXANDRE CURI**  
**PRESIDENTE**

  
  
**RELATOR**

## GABINETE DO GOVERNADOR



### ANTEPROJETO DE LEI Nº 615/11

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Escritura Pública de revogação amigável de doação, para devolução ao Município de Marilândia do Sul, do imóvel abaixo transcrito, registrado no Registro de Imóveis de Marilândia do Sul:

Imóvel de Terras no Loteamento Centro, da quadra 48, de propriedade do Estado do Paraná, com área de 4.527,88m<sup>2</sup> e perímetro de 274,235m, com as seguintes divisas e confrontações: inicia-se no marco 3B, com coordenadas (150000,798;250010,797). Do vértice 3B, segue-se até o vértice 1, (150006,672;250092,159) com azimuth de 4º07'46" e distância de 81,574m. Do vértice 1, segue-se até o vértice 2 (150061,575;250090,822), com azimuth de 91º23'42" e distância de 54,920m. Do vértice 2, segue-se até o vértice 3 (150059,847;250060,070), com azimuth de 183º13'02" e distância de 30,800m. Do vértice 3, segue-se até o vértice 3A (150057,000;250009,428), com azimuth de 183º13'02" e distância de 50,722m. Do vértice 3A, segue-se até o vértice 3B (150000,798;250010,797), com azimuth de 271º23'42" e distância de 56,219m. Finalmente, segue-se até o vértice 3B (início da descrição), com azimuth de 271º23'42" e distância de 56,219.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**CARLOS ALBERTO RICHIA**  
Governador do Estado

## GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM N.º 36/2010



Curitiba, 5 de agosto de 2011

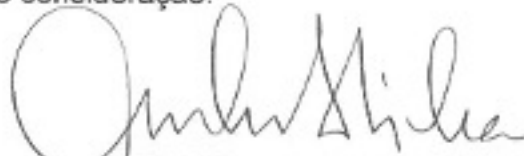
Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa Assembleia Legislativa, o incluso anteprojeto, objetivando autorizar o Poder Executivo a firmar Escritura Pública de revogação amigável de doação, para devolução ao Município de Marilândia do Sul do imóvel de terras, no loteamento Centro, quadra 48, com área de 4.527,88m<sup>2</sup> e perímetro de 274,235m, do Patrimônio do Estado do Paraná, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Marilândia do Sul.

O referido imóvel foi doado pelo Município ao Estado do Paraná, com a finalidade específica de servir à edificação da sede da 94.ª CIRETRAN e de pistas de testes, para habilitação de CNH, tanto de moto quanto de veículos. Entretanto, passado algum tempo, o encargo não foi cumprido pelo Estado e, portanto, o Município pleiteia a devolução.

Assim, de acordo com o entendimento da Procuradoria-Geral do Estado, em posição exarada no Parecer n.º 143/2010, concluiu-se que a revogação da doação pode ser efetivada, mediante prévia autorização legislativa, que autoriza o Poder Executivo a firmar Escritura Pública de revogação amigável de doação dos imóveis.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

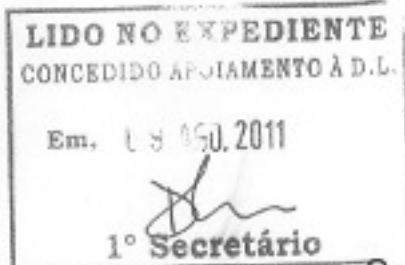
Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

## GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 5 de agosto de 2011  
OF CEE/G 112/11



Senhor Presidente,

A DAF + 1 entregue no  
expediente  
A DAF + 1 providências  
Em, 09/08/2011  
Presidente

Encaminho a Vossa Excelência, para providências,  
a Mensagem n.º 36/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que  
autoriza o Poder Executivo a firmar Escritura Pública de revogação  
amigável de doação, para devolução ao Município de Marilândia  
do Sul do imóvel de terras no loteamento Centro, quadra 48, com  
área de 4.527,88m<sup>2</sup> e perímetro de 274,235m, do Patrimônio do  
Estado do Paraná, registrado no Cartório de Registro de Imóveis  
da Comarca de Marilândia do Sul.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHÁ  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE/GAM/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14115 09/08/2011 08:04:33 MP 155866111 LEGISLATIVO DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 615/11**

**Projeto de Lei nº 615/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.036/11**

**Súmula:** Fica o Poder Executivo autorizado a firmar Escritura Pública de revogação amigável de doação, para devolução ao Município de Marilândia do Sul, do imóvel abaixo transcrito, registrado no Registro de Imóveis de Marilândia do Sul.

**EMENTA:** REVERSÃO DE PROPRIEDADE DE IMÓVEL DO ESTADO PARA O MUNICÍPIO DE MARILÂNDIA DO SUL. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGOS 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTIGOS 10 E 65 DA CE. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 036/2011, visa autorizar o Poder Executivo a firmar Escritura Pública de revogação amigável de doação, para devolução ao Município de Marilândia do Sul, do imóvel que especifica, registrado no Registro de Imóveis de Marilândia do Sul.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

**Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)**

**Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.**

Corrobora deste entendimento, a Constituição do Estado do Paraná, vejamos:





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifos nossos)

Desta forma, vislumbra-se que o projeto está em pleno acordo com tal disposição constitucional, visto que se trata de Projeto de Lei que reverte a propriedade de imóvel do Estado ao seu proprietário



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

anterior, uma pessoa jurídica de direito público interno: o Município de Marilândia do Sul.


Assim, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.


Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.

Sala das Comissões,      de agosto de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADA CANTORA MARA LIMA**  
**RELATORA**

*Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná*



# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 615/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 36/11, tem por finalidade autorizar a firmar Escritura Pública de revogação amigável de doação, para devolução ao Município de Marilândia do Sul, do imóvel abaixo transcrito, registrado no registro de imóveis de Marilândia do Sul.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 2011.

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
Presidente em exercício

Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal khury

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 615/2011**

Projeto de Lei nº 615/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 036/2011

**Súmula: Fica o Poder Executivo autorizado a firmar escritura pública de revogação amigável de doação, para a devolução ao Município de Marilândia do Sul, do imóvel abaixo transcrito registrado no registro de imóveis de Marilândia do Sul.**

**I - PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 615/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 036/11, visa autorizar o Poder Executivo a firmar escritura pública de revogação amigável de doação, para a devolução ao Município de Marilândia do Sul, do imóvel abaixo transcrito registrado no registro de imóveis de Marilândia do Sul.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 615/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva reverter a propriedade de imóvel do Estado ao Município de Marilândia do Sul, proprietário anterior do imóvel, sendo esta uma proposição de total interesse público, dentro dos direitos legais do Estado do Paraná.

### III - VOTO DO RELATOR


Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto **favoravelmente** pela aprovação do **Projeto de Lei nº 615/2011** na sua forma apresentada. O projeto em questão visa reverter a propriedade de um imóvel através da revogação amigável, beneficiando claramente o seu antigo proprietário, o Município de Marilândia do Sul.

### IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do **Projeto de Lei nº 615/2011**, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.*

*Sala das Comissões em 12 de setembro de 2011.*



**MARCELO RANGEL**

*Presidente da Comissão*



**FRANCISCO BUHRER**

*Relator*

# GABINETE DO GOVERNADOR



## ~~ANTE~~PROJETO DE LEI N.º 613/2011

Súmula: Altera o art. 2.º da Lei 16.271, de 9 de novembro de 2009, conforme especifica.

**Art. 1.º** O Art. 2.º da Lei 16.271, de 9 de novembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 2.º** O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade, será utilizado, exclusivamente, para funcionamento de serviços públicos, retomando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa”.

**Art. 2.º** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 27 de julho de 2011, 190.º da Independência e 123.º da República.

**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

## GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 34/2011

Curitiba, 27 de julho de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei dispondo sobre a alteração do art. 2.º da Lei 16.271, de 9 de novembro de 2009, conforme específica.

### JUSTIFICATIVA DO ANTEPROJETO DE LEI

Inicialmente, cumpre destacar que o presente Anteprojeto de Lei visa alterar o art. 2.º da Lei 16.271, de 9 de novembro de 2009, que versa sobre a doação de um imóvel em específico para o Município de Chopinzinho.

No entanto, o imóvel doado foi gravado com cláusula de inalienabilidade, e, ainda, deveria ser utilizado exclusivamente para serviços de saúde pública, retornando ao patrimônio público em caso de destinação diversa.

Porém, o Município de Chopinzinho já possui um centro de saúde pública e necessita do imóvel em comento para outros serviços de interesse público. Sendo assim, faz-se necessária a adequação do texto legal para possibilitar ao Município a instalação de outros serviços de interesse público.

Ainda, cumpre destacar que o Anteprojeto de Lei em comento encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10 e parágrafo:

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
CURITIBA – PR



Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

**Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)**

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigidas autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

O art. 17 da Lei Ordinária Federal 8.666/93 estabelece as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007)**

**f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei n.º 11.481, de 2007) (Grifo nosso)**

## GABINETE DO GOVERNADOR



José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

Desta forma, comprovada que a presente medida consulta aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que no imóvel será instalado serviço de interesse público, não há óbice algum para o prosseguimento do Anteprojeto de Lei em tela.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

  
**CARLOS ALBERTO RICHÁ**  
Governador do Estado

1 CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. *Lumen Juris*. RJ.

GABINETE DO GOVERNADOR



Palácio das Araucárias – Curitiba, 27 de julho de 2011  
OF CEE/G 107/11



Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 34/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a alteração do art. 2.º da Lei 16.271, de 9 de novembro de 2009.

Atenciosamente,

  
CARLOS ALBERTO RICHIA  
Governador do Estado

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JLI

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacé Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:16 09/08/2011 006047 MP ASSUNTO LEGISLATIVO DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER AO PROJETO DE LEI 619/11**

**Projeto de Lei nº 619/11**

**Autor: Poder Executivo – Mensagem nº.034/11**

**Súmula:** Altera o art. 2º da Lei nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, conforme especifica.

**EMENTA:** ALTERA A LEI ESTADUAL Nº 16.271/09, QUE DISPÕE SOBRE DOAÇÃO DE IMÓVEL AO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, PARA POSSIBILITAR A INSTALAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS DE INTERESSE PÚBLICO. INICIATIVA PRIVATIVA DO PODER EXECUTIVO. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTS. 33 E 124 DO REGIMENTO INTERNO ALEP. ARTS. 10 E 65 DA CE. ARTIGO 17 DA LEI 8.666/93. LC 95/98. CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 034/2011, objetiva alterar o artigo 2º da Lei Estadual nº 16.271, de 09 de novembro de 2009, que versa sobre a doação de um imóvel em específico para o Município de Chopinzinho, com o intuito de adequar o texto legal para possibilitar ao Município a instalação de outros serviços de interesse público.

**FUNDAMENTAÇÃO**

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

**Art. 33 – Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:**

**§2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:**

**I – emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.**

Ainda, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná:

**Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso)**

O projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece em seu artigo 10 e parágrafo único:

**Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua**



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifo nosso)

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação, pois estes contratos em particular visam a pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

A Lei Ordinária Federal 8.666/93 em seu artigo 17 determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007)

f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (Redação dada pela Lei nº 11.481, de 2007) (grifo nosso)

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: **autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado**. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris, RJ.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

para que o legislador impedisse à doação, haja vista a expressa autorização legal.

Dessa forma, observa-se que estão presentes o requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na Lei Complementar 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos constitucionais, legais e de técnica legislativa.



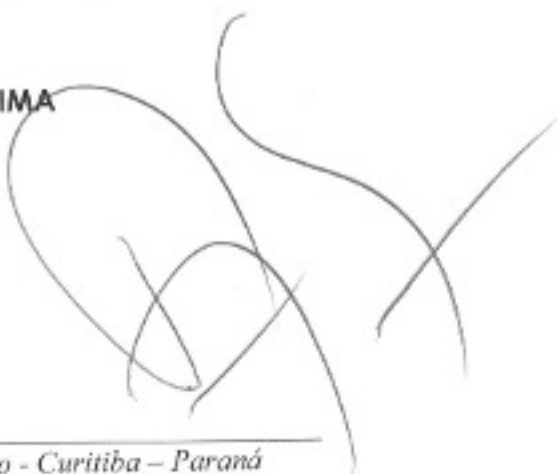
Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

  
DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

  
DEPUTADA CANTORA MARA LIMA

RELATORA

  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 619/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelo Poder Executivo – Mensagem nº 34/11, tem por finalidade alterar o artigo 2º da Lei nº 16.271 de 09 de novembro de 2009, conforme especifica.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 2011.

**DEPUTADO FERNANDO SCANAVACA**  
Presidente em exercício

  
Relator



ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

*Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação*

**PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 619/2011**

Projeto de Lei nº 619/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 034/2011

**Súmula: Altera o art. 2º da Lei nº 16.271, de 9 de novembro de 2009, conforme especifica.**

**I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 619/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 034/11, visa alterar o art. 2º da Lei nº 16.271, de 9 de novembro de 2009, sobre o uso único e exclusivo de imóveis gravados com cláusula de inalienabilidade, ficando destinados apenas para o funcionamento de serviços públicos, retornando ao patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

**II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 619/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o texto refere-se à utilização de imóveis no Estado do Paraná e a sua legalidade. Este procedimento estará facilitando de forma imediata o município de Chopinzinho, que a partir desta alteração, poderá utiliza-se do terreno recebido não somente para o fim descrito anteriormente na Lei, mas também para outros serviços de interesse público.

J

### III - VOTO DO RELATOR

Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto **favoravelmente** pela aprovação do **Projeto de Lei nº 619/2011** na sua forma apresentada. O projeto em questão visa beneficiar o município de Chopinzinho a partir da alteração da clausula informada na Lei, permitindo a adequação do terreno doado para a instalação de outros serviços de interesse público.

### IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do **Projeto de Lei nº 619/2011**, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 12 de setembro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**  
*Presidente da Comissão*



**TERUO KATO**  
*Relator*







## JUSTIFICATIVA

Muitos Municípios paranaenses dependem de repasses do Estado, por meio de transferências voluntárias, para execução de ações em benefícios do interesse da população.

A Lei Complementar nº 101 tem como um de seus objetivos assegurar que os recursos sejam aplicados de forma correta e em benefício dos cidadãos, estabelecendo meios eficientes de controle e fiscalização;

O artigo 25 da Lei Complementar nº 101, em sua alínea "a", do inciso IV, do parágrafo 1º, estabelece que o beneficiário da transferência voluntária deve comprovar que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, sem estabelecer o prazo de validade dos documentos comprobatórios.

A Administração Pública deve pautar as suas ações com a observância aos princípios da eficiência, eficácia e efetividade, em equilíbrio com os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.

Por estas razões, é necessária a apresentação desta proposta de lei com o objetivo de estabelecer prazo semestral para a validade da certidão liberatória das transferências voluntárias.

Este sim é um prazo suficiente e razoável para que os Municípios, sem prejuízo da sua efetiva fiscalização, não sejam comprometidos no seu direito de receber novos recursos por meio de transferências voluntárias.

Ademais, a administração Pública Municipal não pode ser penalizada quando da verificação da não prestação de contas por parte das Câmaras Municipais, em respeito ao princípio constitucional da separação dos poderes.

A suspensão de transferências voluntária no caso de verificação de irregularidade nas contas do beneficiário tem natureza sancionatória, é o que deixa claro o parágrafo terceiro do artigo 25 da LRF, e portanto a punição aplicada a um poder, em face da irregularidade cometida, não poderá ser estendida a outro. Assim, a Prefeitura Municipal não poderá ser punida por irregularidade constatada na Câmara Municipal e vice-versa.

A sanção não deve ser estendida além da letra da Lei de Responsabilidade Fiscal, por inconstitucional e ilegal.

*Assinaturas manuscritas:*  
Assinatura 1: [Assinatura]  
Assinatura 2: [Assinatura]  
Assinatura 3: [Assinatura]  
Assinatura 4: [Assinatura]  
Assinatura 5: [Assinatura]  
Assinatura 6: [Assinatura]  
Assinatura 7: [Assinatura]  
Assinatura 8: [Assinatura]  
Assinatura 9: [Assinatura]  
Assinatura 10: [Assinatura]  
Assinatura 11: [Assinatura]  
Assinatura 12: [Assinatura]  
Assinatura 13: [Assinatura]  
Assinatura 14: [Assinatura]  
Assinatura 15: [Assinatura]  
Assinatura 16: [Assinatura]  
Assinatura 17: [Assinatura]  
Assinatura 18: [Assinatura]  
Assinatura 19: [Assinatura]  
Assinatura 20: [Assinatura]  
Assinatura 21: [Assinatura]  
Assinatura 22: [Assinatura]  
Assinatura 23: [Assinatura]  
Assinatura 24: [Assinatura]  
Assinatura 25: [Assinatura]  
Assinatura 26: [Assinatura]  
Assinatura 27: [Assinatura]  
Assinatura 28: [Assinatura]  
Assinatura 29: [Assinatura]  
Assinatura 30: [Assinatura]  
Assinatura 31: [Assinatura]  
Assinatura 32: [Assinatura]  
Assinatura 33: [Assinatura]  
Assinatura 34: [Assinatura]  
Assinatura 35: [Assinatura]  
Assinatura 36: [Assinatura]  
Assinatura 37: [Assinatura]  
Assinatura 38: [Assinatura]  
Assinatura 39: [Assinatura]  
Assinatura 40: [Assinatura]  
Assinatura 41: [Assinatura]  
Assinatura 42: [Assinatura]  
Assinatura 43: [Assinatura]  
Assinatura 44: [Assinatura]  
Assinatura 45: [Assinatura]  
Assinatura 46: [Assinatura]  
Assinatura 47: [Assinatura]  
Assinatura 48: [Assinatura]  
Assinatura 49: [Assinatura]  
Assinatura 50: [Assinatura]  
Assinatura 51: [Assinatura]  
Assinatura 52: [Assinatura]  
Assinatura 53: [Assinatura]  
Assinatura 54: [Assinatura]  
Assinatura 55: [Assinatura]  
Assinatura 56: [Assinatura]  
Assinatura 57: [Assinatura]  
Assinatura 58: [Assinatura]  
Assinatura 59: [Assinatura]  
Assinatura 60: [Assinatura]  
Assinatura 61: [Assinatura]  
Assinatura 62: [Assinatura]  
Assinatura 63: [Assinatura]  
Assinatura 64: [Assinatura]  
Assinatura 65: [Assinatura]  
Assinatura 66: [Assinatura]  
Assinatura 67: [Assinatura]  
Assinatura 68: [Assinatura]  
Assinatura 69: [Assinatura]  
Assinatura 70: [Assinatura]  
Assinatura 71: [Assinatura]  
Assinatura 72: [Assinatura]  
Assinatura 73: [Assinatura]  
Assinatura 74: [Assinatura]  
Assinatura 75: [Assinatura]  
Assinatura 76: [Assinatura]  
Assinatura 77: [Assinatura]  
Assinatura 78: [Assinatura]  
Assinatura 79: [Assinatura]  
Assinatura 80: [Assinatura]  
Assinatura 81: [Assinatura]  
Assinatura 82: [Assinatura]  
Assinatura 83: [Assinatura]  
Assinatura 84: [Assinatura]  
Assinatura 85: [Assinatura]  
Assinatura 86: [Assinatura]  
Assinatura 87: [Assinatura]  
Assinatura 88: [Assinatura]  
Assinatura 89: [Assinatura]  
Assinatura 90: [Assinatura]  
Assinatura 91: [Assinatura]  
Assinatura 92: [Assinatura]  
Assinatura 93: [Assinatura]  
Assinatura 94: [Assinatura]  
Assinatura 95: [Assinatura]  
Assinatura 96: [Assinatura]  
Assinatura 97: [Assinatura]  
Assinatura 98: [Assinatura]  
Assinatura 99: [Assinatura]  
Assinatura 100: [Assinatura]



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER**

**Projeto de Lei nº 646/2011**

**Autor: Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães**

*Súmula: Estabelece prazo para aferição da regularidade tributária e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade estabelecer prazo para aferição da regularidade tributária e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Observa-se, inicialmente, a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Quanto à matéria em análise, tem-se que a Constituição Federal da República Federativa do Brasil determina especificamente a competência de cada ente e, no caso em tela, observa-se que a competência é concorrente. Veja-se:

*Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Por sua vez, a Constituição Estadual do Paraná em perfeita consonância com a Constituição Federal do Brasil vem, em seu artigo 13 estabelecer que:

*Art. 13. Compete ao Estado, concorrentemente com a União, legislar sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Veja-se, ainda, que a própria Constituição Estadual garante a prerrogativa ao parlamentar para a propositura de leis:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Assim sendo, tendo em vista que cabe a esta Casa de Leis dispor sobre Direito Tributário e Financeiro, não há óbice quanto à iniciativa legislativa.

Ademais, importante destacar a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 que **estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal** e, em seu art. 25 assim prevê:

*Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a*



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.*

*§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:*

*I - existência de dotação específica; [...]*

*a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;*  
*(grifou-se)*

Deste modo, fica evidenciado que o projeto de lei apresentado pelo parlamentar não afronta a legislação atual vigente e, inclusive, vem suplementar a legislação federal determinando um prazo para ser apresentada a certidão que ateste a regularidade tributária, financeira do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais do Estado do Paraná.

No que se refere a Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que a medida não acarretará acréscimo orçamentário e financeiro.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98, uma vez que não respeitou o seguinte preceito:

*Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:*

*I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;*



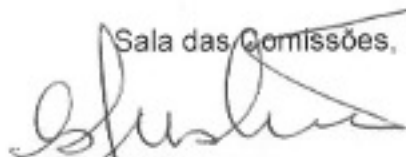
**Assembleia Legislativa do Estado do Paraná**  
**Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury**  
**Comissão de Constituição e Justiça**

Como o Projeto de Lei, ora analisado, não respeitou a legislação supracitada, por não seguir a ordem cronológica de numeração – uma vez que do art. 1º foi direto para o art. 3º - o projeto precisa ser devidamente adequado através de uma emenda corretiva.

**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, em virtude de sua **CONSTITUCIONALIDADE** nos termos da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, 13 de 09 de 2011.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEP. ELIO RUSCH**  
**RELATOR**








*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**EMENDA CORRETIVA AO PROJETO DE LEI 646/2011**

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, § 7º, III, do Regimento Interno dessa casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente Emenda Corretiva, para enumerar o art. 3º para art. 2º a fim de adequar a legislação vigente.

Sala das Comissões, 13 de 09 de 2011.

  
**DEP. NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEP. ELIO RUSCH**  
**RELATOR**













## REQUERIMENTO

**APROVADO**

À Diretoria Legislativa.

Em, 13 SET. 2011

*Khury*  
1º Secretário

**SÚMULA:** Requer **REGIME DE URGÊNCIA**  
para o Projeto de Lei nº. 646/11

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, **REQUER**, após ouvido o Soberano Plenário **REGIME DE URGÊNCIA** para o Projeto de Lei nº. 646/11, **QUE ESTABELECE PRAZO PARA AFERIÇÃO DA REGULARIDADE TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA, DO PAGAMENTO DE EMPRÉSTIMOS E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE RECURSOS PÚBLICOS RECEBIDOS POR PREFEITURAS MUNICIPAIS.**

Sala das Sessões 13 de setembro de 2011.

*1. Bem-ha  
2. Análise  
3. Junta-se ao  
respectivo projeto  
e o projeto de  
urgência  
10/9/11*

**VALDIR ROSSONI**  
Deputado Estadual



# Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Anibal Khury

Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais

## PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 646/11

O presente Projeto de Lei apresentado pelos Deputados Valdir Rossoni e Plauto Miró Guimarães, tem por finalidade estabelecer prazo para aferição da regularidade tributaria e financeira, do pagamento de empréstimos e da prestação de contas de recursos públicos recebidos por Prefeituras Municipais.

Chamada esta Comissão de Fiscalização da ALEP e Assuntos Municipais a se manifestar, entendendo ser a matéria de suma importância, manifestamo-nos pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de setembro de 2011.

**DEPUTADO NELSON GARCIA**

Presidente

**DEPUTADA MARLA TURECK**

Relator

716  
**ANTEPROJETO DE LEI N.º \_\_\_\_/2011**

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, à APAE do Município de Marechal Cândido Rondon, do imóvel que especifica.

**Art. 1º** – Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, à APAE do Município de Marechal Cândido Rondon, dos lotes 1, 2 e 5, com área de terreno de 2.600 m² e área edificada de 401,00 m², situado na Rua Sergipe, 391, matrícula sob o nº 613 do Registro de Imóveis da Comarca de Marechal Cândido Rondon.

**Art. 2º** – O imóvel em questão, que fica gravado com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, será usado exclusivamente para desenvolvimento da APAE, retornando ao patrimônio do Estado, em caso de destinação diversa.

**Art. 3º** – A APAE terá o prazo de 02 (dois) anos para regularização cartorial da titularidade do imóvel doado, caso contrário o imóvel retornará ao patrimônio do Estado.

**Art. 4º** – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 30 de agosto de 2011, 190º da Independência e 123º da República.



**FLÁVIO ARNS**  
Governador do Estado em exercício



GABINETE DO GOVERNADOR



MENSAGEM N.º 47/2011

Curitiba, 30 de agosto de 2011

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa augusta Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel de propriedade do Estado do Paraná para a APAE do Município de Marechal Cândido Rondon.

Inicialmente, insta salientar que o Projeto de Lei em análise encontra respaldo na Constituição Estadual, que estabelece no art. 10:

Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

A alienação de bens imóveis é disciplinada, de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de doação, pois este contrato em particular visa pessoas ou imóveis certos, sendo incompatíveis com o procedimento licitatório.

Os artigos 6º e 8º da Lei Estadual nº 15.608/07 complementam o texto da Constituição Estadual, e dispõem sobre a alienação de bens da Administração Pública Estadual, nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná em exercício  
N/CAPITAL

**Art. 6º.** A alienação de bens da Administração Pública Estadual subordina-se à:

I – **existência de interesse público devidamente justificado;**

II – **prévia avaliação, visando à definição do preço mínimo;**

III – **autorização legislativa para os bens imóveis, bem como para bens móveis quando envolver alienação de controle societário de economia mista e empresa pública;**

IV – **licitação na modalidade de concorrência ou leilão público, desde que realizado por leiloeiro oficial ou servidor designado pela Administração.**

**Art. 8º.** Será dispensada a licitação, nos seguintes casos:

I – De bens imóveis para:

(...)

f) **doação com encargo, no caso de interesse público devidamente justificado;**

Hely Lopes Meirelles leciona que "A Administração pode fazer doações de bens móveis ou imóveis desafetados do uso públicos, e comumente o faz para incentivar construções e atividades particulares de interesse coletivo. Essas doações podem ser com ou sem encargos e em qualquer caso dependem, de lei autorizatória, que estabeleça as condições para sua efetivação, e de prévia avaliação do bem a ser doado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo."

É notório que a presente medida visa atender aos interesses públicos e da Administração Estadual, eis que o imóvel que o Estado pretende doar à APAE do Município de Marechal Cândido Rondon permitirá que esta regularize a situação do imóvel no qual já encontra instalada, podendo assim dar continuidade ao desenvolvimento das ações sociais de assistência aos seus alunos excepcionais, bem como podendo executar melhorias na área para melhor atender as necessidades dos que se valem da associação.

Assim, por se tratar de doação sobre imóvel certo e determinado, destinado a atender interesse público, a licitação é dispensável.

## GABINETE DO GOVERNADOR

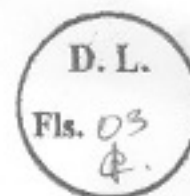


Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, existindo interesse público, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

Assinatura manuscrita de Flávio Arns.

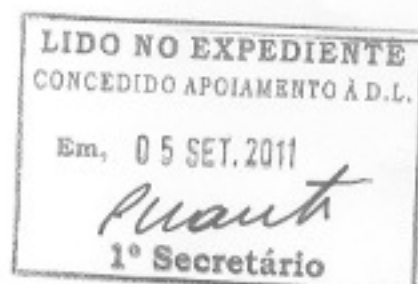
**FLÁVIO ARNS**  
Governador do Estado em exercício



**PARANÁ**  
GOVERNO DO ESTADO

GABINETE DO GOVERNADOR

Palácio das Araucárias – Curitiba, 30 de agosto de 2011  
OF CEE/G/132/11



I - À DAP para leitura no expediente.  
II - À DL para providências.  
Em, 12/09/2011  
\_\_\_\_\_  
Presidente

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, para providências, a Mensagem n.º 47/2011, relativa ao Anteprojeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a efetuar doação de imóvel para a APAE do Município de Marechal Cândido Rondon.

Atenciosamente,

FLÁVIO ARNS  
Governador do Estado em exercício

Anexo

Excelentíssimo Senhor  
Deputado ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO JÚNIOR  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado em exercício  
CURITIBA – PR

CEE(SRGVF)/JC

Palácio das Araucárias - Centro Cívico - Rua Jacy Loureiro de Campos  
80530-915 - Curitiba - Paraná - Brasil  
Fone: 41 3350 2800 Fax: 41 3254 7345

14:16 05/09/2011 006855 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER**

Projeto de Lei nº 716/11

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 047/11

*Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação, à APAE do Município de Marechal Cândido Rondon, do imóvel que especifica.*

**PREÂMBULO**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 047/2011, visa autorizar o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Marechal Cândido Rondon para desenvolvimento da APAE.

**FUNDAMENTAÇÃO**

Preliminarmente, ressalta-se a competência da Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada.

Quanto à matéria em análise, verifica-se que o chefe do Poder Executivo detém a competência necessária para apresentar o presente projeto de lei, conforme dispõe o artigo 124 do RIALEP. Veja-se:

*Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembléia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso)*  
*Parágrafo único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembléia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão.*



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Ainda quanto à iniciativa das leis, define a Constituição do Estado do Paraná, da seguinte forma:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifou-se)*

E, quanto ao mérito da proposição em análise, tem-se que o projeto de lei ora em tela encontra respaldo na Constituição Estadual, que assim estabelece:

*Art. 10. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.*

*Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembléia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social. (grifou-se)*

A alienação de bens imóveis é disciplinada, via de regra, pela legislação própria das entidades estatais, sendo normalmente exigida a autorização legislativa, avaliação prévia e concorrência, sendo dispensável este último requisito quando se tratar de permuta ou doação.



*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

A Lei Federal 8.666/93 em seu artigo 17, determina as condições para que sejam feitas as alienações de bens públicos:

*Art. 17. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

*I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da administração direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*

**b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera de governo, ressalvado o disposto nas alíneas f e h;**

*f) alienação gratuita ou onerosa, aforamento, concessão de direito real de uso, locação ou permissão de uso de bens imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública; (grifou-se)*

O jurista José dos Santos Carvalho Filho leciona que "A Administração pode fazer doação de bens públicos, mas tal possibilidade deve ser tida como excepcional e atender a interesse público cumpridamente demonstrado. Qualquer violação a tais pressupostos espelha conduta ilegal e dilapidatória do patrimônio público. São requisitos da doação de bens públicos: autorização legal, avaliação prévia e interesse público justificado. A licitação, levando em conta a existência de interesse social da doação, será dispensável"<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> CARVALHO, José dos Santos Filho. Manual de Direito Administrativo. Lumen Juris. RJ.





*Assembléia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

Tendo em vista a autorização para que o órgão público efetue doações sem a necessidade de licitação, quando o donatário for outro órgão ou entidade da administração pública, não haveria razão para que o legislador impedisse a doação, haja vista a expressa autorização legal.


Dessa forma, observa-se que estão presentes os requisitos necessários, quais sejam, a autorização legislativa que é dada através de lei e o interesse público.

Por fim, no que tange às normas de elaboração normativa, previstas na L.C. 95/98, o presente projeto encontra-se revestido de legalidade.





**CONCLUSÃO**

Diante do exposto, o parecer é pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, Legais e de Técnica Legislativa.

Sala das Comissões, 13 de 09 de 2011.

  
DEP. NELSON JUSTUS  
PRESIDENTE

  
DEP. ELIO RUSCH  
RELATOR

  
  
  
  
Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



## **PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 716/2011**

Projeto de Lei nº 716/2011

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº 47/11

**Súmula: Autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação à APAE do Município de Marechal Cândido Rondon, do imóvel que especifica.**

### **I – PREÂMBULO**

O presente Projeto de Lei 716/11, de autoria do Poder Executivo, através da mensagem 47/11, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel dos lotes 1, 2 e 5, com área de terreno de 2600 m<sup>2</sup> e área edificada de 401,00 m<sup>2</sup>, situado na Rua Sergipe, 391, matrícula sob o nº 613 do Registro de Imóveis de Marechal Cândido Rondon.

### **II - RELATÓRIO**

Em conformidade com o art. 33-F, c/c com os arts. 42 e 50, II, do Regimento Interno desta Casa de Leis, fui designado relator da matéria tratada no Projeto de Lei nº 716/2011, na qual passo a relatar:

No que tange ao mérito da matéria, resta evidente não existir qualquer impedimento para a tramitação da presente proposição em tela, já que o projeto objetiva beneficiar a APAE de Marechal Cândido Rondon, que poderá dar continuidade ao desenvolvimento de suas ações sociais em uma área regularizada, bem como, executar melhorias no imóvel destinado, para que assim possa atender melhor as necessidades da comunidade e de seus alunos excepcionais.

### III - VOTO DO RELATOR


Pelos motivos ora relatados, e não havendo nada que possa obstruir a deliberação e tramitação do Projeto em tela, voto **favoravelmente** pela aprovação do **Projeto de Lei nº 716/2011** na sua forma apresentada. O projeto em questão visa autorizar a doação de uma área que já se encontra em utilização pela APAE do município, a tramitação desta proposição estará agilizando de forma legal o processo da doação deste imóvel, sem que para isto haja a necessidade de licitação.

### IV - CONCLUSÃO

Verificado e analisado o relatório apresentado pelo Nobre Relator do **Projeto de Lei nº 716/2011**, os Deputados que compõem a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, acompanham o voto do relator e manifestam-se pela **Aprovação** do referido projeto em tela.

**Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.**

**Sala das Comissões em 14 de setembro de 2011.**



**MARCELO RANGEL**

**Presidente da Comissão**



**ADELINO RIBEIRO**

**Relator**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
17ª Legislatura – 1ª Sessão Legislativa

**PROVADO**  
À Diretoria Legislativa.

Em, 12 SET. 2011

  
1º Secretário

**REQUERIMENTO**

SUMULA: Requer Regime de Urgência para a votação do Projeto de Lei nº 716/11, Mensagem nº 047/11.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 181 do Regimento Interno desta Casa de Leis, **REQUER**, após ouvido o Douto Plenário, **Regime de Urgência** para a tramitação do Projeto de Lei nº 716/11 – Mensagem nº 047/11, que objetiva, autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação à APAE do Município de Marechal Cândido Rondon, do imóvel que especifica.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2011.

  
**ADEMIR BIER**  
**DEPUTADO ESTADUAL**



OF/CTL/CC nº 1962/2011

PROPOSIÇÃO Nº 022/11

Curitiba, 09 de agosto de 2011

D. L.

Fls. 02

LIDO NO EXPEDIENTE  
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 10 AGO. 2011

*Pranto*

1º Secretário

Senhor Presidente,

*A DAP p/ Lei n.º 198/2011, p/ esc. p/ Lei n.º 198/2011.**A D. L. p/ Lei n.º 198/2011.**Em, 10 ago. 2011**Sen. G. D. Prato*

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 112/2011-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 198/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 198/2011, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, tem por escopo determinar a reserva de vagas para pessoas com deficiências nos contratos de terceirização de serviços públicos.

O objetivo de tal propositura é criar oportunidades de trabalho às pessoas com deficiência, que deverão ocupar pelo menos 10% (dez por cento) das vagas das empresas prestadoras de serviços de terceirização, cujos contratos com órgãos e entidades da administração pública do Estado prevêm o fornecimento de mão-de-obra.

Oportuno mencionar que o percentual mínimo de 10% (dez por cento) das vagas, com reserva nunca inferior a uma vaga, exclusivamente para pessoas com deficiência, somente será aplicado quando esta não seja incompatível com o exercício das funções objeto dos contratos.

Entretanto, oportuno transcrever o disposto no inciso IV, do art. 66 da Constituição Estadual:

**Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:**

**IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.**

Excelentíssimo Senhor  
Deputado VALDIR ROSSONI  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado  
N/CAPITAL  
AJB/Prot.nº 11.132.556-1



Federal:

Ademais, vejamos o disposto no artigo 2º da Constituição

**Art. 2º. São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.**

Isto posto, constata-se que o presente Projeto de Lei vem em descompasso com o princípio da harmonia dos poderes estabelecidos na Constituição Federal, vez que o Poder Legislativo não possui competência para tal propositura, no que tange as atribuições de órgãos da Administração Pública, cabendo única e exclusivamente ao Executivo, na pessoa do Governador do Estado, consoante artigos supracitados.

Partindo deste pressuposto, é insofismável que o presente Projeto de Lei apresenta evidente inconstitucionalidade decorrente de vício de iniciativa, haja vista que o ilustre Deputado não possui competência para propor a presente medida, vez que esta é de competência privativa do Governador do Estado.

Feita esta constatação, é indubitável a relevância social do tema, sendo louvável a preocupação e iniciativa do parlamentar, quanto a inserção das pessoas com deficiência no acirrado mercado de trabalho e a guarida de seus direitos constitucionais.

São esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, anexo, restituo a essa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.

**CARLOS ALBERTO RICHA**  
GOVERNADOR DO ESTADO



*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 022/11**

**PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 022/11**

**AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1962/11**

**SÚMULA:** Veta o Projeto de Lei nº 198/11, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior, que determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência, nos contratos de terceirização de serviços públicos – em anexo o Projeto de Lei nº 364/11 de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli.

**EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.**

**PREÂMBULO**

O projeto de lei nº 198/11, de autoria do Deputado Hermas Brandão Junior que, determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos – em anexo o Projeto de Lei nº 364/11 de autoria do Deputado Bernardo Ribas Carli, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.





*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

## FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33, §2º, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 198/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 20 de julho de 2011, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 022/11, foi encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 10 de agosto de 2011, sendo desta maneira tempestiva.




*Assembleia Legislativa do Estado do Paraná*  
*Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury*  
*Comissão de Constituição e Justiça*

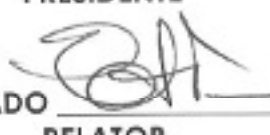
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi aposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.

**CONCLUSÃO**

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento da presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

  
**DEPUTADO NELSON JUSTUS**  
**PRESIDENTE**

  
**DEPUTADO**  
**RELATOR**



**Projeto de Lei nº 198/11**  
(Autoria do Deputado Hermas Junior)

Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
DECRETA:

**Art. 1º** As empresas ou entidades prestadoras de serviço que firmarem contratos com os poderes e órgãos da Administração Pública Estadual deverão reservar no mínimo do total das vagas de trabalho fixadas nos respectivos contratos, às pessoas com deficiência, conforme a seguinte proporcionalidade:

- I – de 100 a 200 vagas - 2%;
- II – de 201 a 500 vagas - 3%;
- III – de 501 a 1.000 vagas - 4%;
- IV – acima de 1.001 vagas - 5%.

**Art. 2º** Quando o cálculo das vagas de cada contrato resultar em fração igual ou superior a cinco décimos arredondar-se-á para o número inteiro imediatamente superior, ou para o número inteiro imediatamente inferior, quando resultar inferior a cinco décimos.

**Parágrafo único.** Nos contratos em que o cálculo para a reserva de vagas for inferior a um, fica assegurada uma vaga para as pessoas com deficiência, se o total das vagas previstas no contrato for igual ou superior a cinco.

**Art. 3º** Os gestores responsáveis pela execução e fiscalização dos contratos, na forma estabelecida no art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, deverão manter o registro atualizado das vagas reservadas às pessoas com necessidades especiais e elaborar relatório anual para ser arquivado juntamente com o contrato.



Projeto de Lei nº 198/11- fls. 02

**Art. 4º** Nos editais de licitação destinados à contratação de empresa para prestação de serviços de terceirização deverá constar cláusula que especifique a obrigatoriedade do cumprimento desta Lei.

**Art. 5º** Para os contratos firmados anteriormente à vigência desta Lei, a obrigação da reserva de vagas para pessoas com deficiência dar-se-á no prazo de noventa dias após a publicação desta Lei.

**Art. 6º** Na hipótese do não preenchimento de vaga por falta de aptidão dos candidatos para o exercício da função, comprovada por certificado expedido pelo Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, a empresa fica dispensada do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei.

**Art. 7º** As empresas e os agentes públicos que descumprirem esta Lei sujeitar-se-ão às penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 13 de julho de 2011.

**VALDIR ROSSONI**  
Presidente

**PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO**  
1º Secretário

**RENI PEREIRA**  
2º Secretário

**3º SECRETÁRIO**